



UNIVERSIDADE BRASILEIRA NO ÂMBITO DA AMÉRICA LATINA: O INTERCÂMBIO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO.

MARTHA ABRAHÃO SAAD LUCCHESI

O tema desta pesquisa é a internacionalização da universidade brasileira no âmbito da América Latina e Caribe. O objetivo é estudar as contribuições desta internacionalização para a universidade, cuja *episteme* e pertinência é a produção e intercâmbio do conhecimento científico, considerando-se que o conhecimento se tornou um bem permanente para o “sujeito” da pós-modernidade. A internacionalização da universidade brasileira vem se delineando em dois modelos: das instituições privadas, mediante acordos, fusões e aquisições e da universidade pública, em suas diversas categorias administrativas, cuja proposta é promover o intercâmbio de estudantes da América Latina, através do Programa Estudante Convênio de Graduação (PEC-G) e também em uma universidade federal fundada na tríplice fronteira, entre Brasil, Paraguai e Argentina. O método de abordagem desta pesquisa é o dedutivo, que consiste em estudar um fenômeno específico à luz de teorias já aceitas pela comunidade científica. Como técnicas serão empregadas a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental. A universidade precisa internacionalizar-se, de fato e de direito, para viabilizar a cooperação internacional, com vistas à formação de uma agenda para a consolidação de uma Nação Latino Americana.

Palavras-chave: internacionalização, intercâmbio do conhecimento, universidade, América Latina.

INTRODUÇÃO.

Para Carnoy (2006) as duas bases da globalização são a informação e a inovação, baseadas no conhecimento. Entretanto é preciso distinguir que tipo de conhecimento pode ser necessário no ambiente “líquido-moderno” enunciado por Bauman (2005) para que este possa influenciar as forças sociais e difundir, para além do conhecimento técnico-científico, condições de cidadania.

A era do conhecimento, ou sociedade dos saberes, “saber” cuja etimologia está ligada à raiz indo-européia “sap”, “saber” e “ter o sabor de”, de onde se originam palavras como “sabedoria”, “sapiência”. O saber remete à teoria,ⁱ a partir de diferentes concepções filosóficas, segundo Mattelart (2005), e a educação passa a ser considerada o centro da agenda (agenda-setting)ⁱⁱ que os Estados (nacionais ou transnacionais) dispõe para enfrentar essa nova estruturação do mundo. A Educação Superior representa a base da continuidade do processo de desenvolvimento econômico e justiça social, e diante deste contexto procura internacionalizar-se.

Carnoy (2006) afirma que: “o aumento da demanda pela educação superior é resultado da exigência de níveis mais elevados de educação e da melhor remuneração obtida pelos que têm formação superior.”

Para Duhram (2005, p.10) “o aumento de demanda por ensino superior está associado ao crescimento da classe média e a novas oportunidades de trabalho no setor mais moderno da economia.” Ao mesmo tempo, torna-se essencial a capacidade de produzir conhecimento novo e, se possível, que tenha nível de difusão e aceitação internacional.

A contribuição deste estudo para o desenvolvimento da universidade internacional na América Latina consiste na proposição de um novo paradigma, a “universidade emergente” (LUCCHESI, 2002). Segundo Morin (2001), um paradigma é aquilo que delinea e define um quadro *epistêmico*. É um marco conceptual, um conjunto de referências capaz de conduzir as pesquisas científicas durante um certo período de tempo. Pode ser um constructo que ponha fim a controvérsias existentes em uma determinada área

a respeito de certos fundamentos, ou pode ser o “próprio princípio de organização das teorias”.

Portanto, o objetivo deste trabalho é estudar as contribuições da internacionalização da universidade na América Latina e Caribe, ressaltando a Universidade do Século XXI, cuja *episteme* e pertinência é a produção e intercâmbio do conhecimento científico, considerando-se que o conhecimento (saberes) se tornou um bem permanente para o “sujeito” da pós-modernidade.

Para Castells (1999, p. 1) “a globalização não significou somente maior rapidez da circulação internacional do capital financeiro, da produção, de pessoas e de serviços, ela também gerou uma aceleração da produção, difusão e intercâmbio do conhecimento”, pois se o intercâmbio internacional do conhecimento científico já ocorria desde a Antiguidade e durante a Idade Média, intensificou-se a partir da modernidade. “A globalização pós-moderna não modificou esse modelo, mas acelerou-o e intensificou-o a tal ponto que “gerou mudanças no processo de produção do conhecimento científico”, principalmente “devido à possibilidade de superar distâncias”, formando **networks** mundiais de pesquisadores”. (LUCCHESI, 2009, p.92)

O contexto cunhado por Bauman como pós-moderno, considerando-se a velocidade das mudanças e a era das incertezas, aponta à universidade a necessidade de repensar suas funções e buscar no seu interior, na comunidade acadêmica, uma nova *episteme*, que deverá provocar a ruptura e uma transição paradigmática.

A universidade, quando pesquisa produz informação e inovação, mas a informação que produz é de excelência, é conhecimento científico e colabora para a produção da riqueza nacional e mundial. Outras transformações podem ser feitas pela universidade, espera-se que a universidade, no desempenho de sua responsabilidade social, seja o grande instrumento de **coesão social**. (LUCCHESI, 2002) beneficiando a sociedade. Para isto, atualmente a Universidade deve buscar a integração internacional de países vizinhos e com identidades culturais semelhantes. Se a economia, como diz Bauman (1999, p.63) tornou-se supranacional, é natural que surjam novas formas de organização geopolítica, que reúnam vários países.

EDUCAÇÃO NA AMÉRICA LATINA E CARIBE

Os fenômenos de âmbito mundial, também atingem a América Latina e Caribe. Isso ocorre em uma dupla direção, como historicamente vem acontecendo com os países de cultura ibérica das Américas do Sul, Central e de todas as influências culturais no Caribe: a relação internacional se dá, primeiramente “via Oceano Atlântico”, e, somente depois, com os vizinhos. O Brasil tem buscado o apoio europeu para o desenvolvimento de seus modelos internacionais de educação e este fato constitui-se em um avanço, no entanto acredita-se que a maior implementação se dará agora com a integração interamericana.

Embora não se tenha atingido o mesmo padrão europeu, pela falta de tradição do ensino superior, que remonta à aproximadamente cem anos, em comparação com quase mil anos das mais antigas universidades medievais na Europa, consoante Morin (2007), que afirma ser a universidade europeia moderna uma “dádiva da Idade Média”, o Brasil busca atualmente, ainda que tardio em relação ao processo europeu, o início da internacionalização através do intercâmbio de estudantes e pesquisadores.

Na Conferência Regional de Educação Superior na América Latina e no Caribe (CRES), realizada de 4 a 6 de junho de 2008, na cidade de Cartagena de Índias, Colômbiaⁱⁱⁱ, os participantes evidenciaram que a missão de expandir o ensino superior nos países da América Latina e do Caribe é um grande desafio, seja pela urgência, seja pela amplitude do que cabe criar e implementar.

Essa tarefa compromete “tanto o setor público quanto o privado”, que “estão obrigados a outorgar uma Educação Superior com qualidade e pertinência” Sampaio (2000, p.1) “ressalta a relação de complementaridade existente no Brasil entre o sistema público e o sistema privado de ensino superior, afirmando que esse quadro se consolidou no período de maior expansão desse nível de ensino.”. Apesar disso, há pouco intercâmbio ou diálogo entre as diferentes categorias administrativas, mesmo que sejam públicas.

Um dos aspectos ressaltados pelo documento da conferência foi a importância da criação do conhecimento para a superação da injustiça social, “para a transformação social e produtiva de nossas sociedades”.

Em um continente que ostenta a penosa circunstância de ter as maiores desigualdades sociais do Planeta, **os recursos humanos e o conhecimento serão as principais riquezas de todas quantas dispusermos. [grifo nosso] (ISEALC-UNESCO, 2008).**

O conhecimento criado pelas instituições de ensino superior deve incluir a reflexão sobre a sociedade, como resposta às demandas dessa mesma sociedade e também, a rigorosa autocrítica, para que a comunidade universitária saiba definir suas finalidades e assumir seus compromissos. Fundamental para que a universidade cumpra sua função é a liberdade acadêmica, inclusive o poder decisório quanto as suas prioridades, mantendo-se, naturalmente, a legalidade e os princípios que fundamentam a ciência e o bem-estar social.

A autonomia é um direito e uma condição necessária para o trabalho acadêmico com liberdade e, por sua vez, uma enorme responsabilidade para cumprir sua missão com qualidade, pertinência, eficiência e transparência em face às demandas e desafios da sociedade. **(ISEALC-UNESCO, 2008).**

A internacionalização da universidade brasileira vem se delineando em dois modelos: das instituições privadas, mediante acordos, fusões e aquisições e dos projetos do Ministério da Educação- MEC no sentido de fazer intercâmbio de estudantes e pesquisadores entre os países da América Latina, e de outros em desenvolvimento. Pretende

ainda, integrar a Educação superior através de uma universidade federal (UNILA) fundada na tríplice fronteira, entre Brasil, Paraguai e Argentina, em 2010.

Dentro deste contexto, países em desenvolvimento como o Brasil, tendo em vista sua importância na esfera das políticas públicas e sua implicação para a cultura nacional, buscam uma agenda política, onde o intercâmbio do conhecimento entre pesquisadores e estudantes contribuam para a integração e desenvolvimento dos países envolvidos.

Ainda na Conferência Regional de Educação Superior na América Latina e no Caribe (CRES) de 2008, ressaltou-se que “os governos devem fortalecer os mecanismos de reconhecimento que garantam a transparência e a condição de serviço público”, tendo em vista a especial relevância da educação superior na produção de conhecimento científico, fator essencial de desenvolvimento e riqueza no mundo globalizado. Paralelamente, é necessário que a educação superior organizada internacionalmente na região, contribua para “a convivência democrática, tolerância e promoção de um espírito de solidariedade e de cooperação” entre as nações que a compartilham.

Finalmente, cabe à nova universidade Latino-Americana e Caribenha, a construção de uma identidade continental, que considere as similaridades entre todos os países que compõem este bloco internacional, sem anular as peculiaridades de cada povo e nação.

La construcción Espacialberoamericano del Conocimiento (EIC) es una condición necesaria para promover el desarrolloberoamericano, dada su contribución al incremento de la productividad y de la competitividad de los países de la región. En efecto, el auge de la globalización impide pensar en procesos estrictamente nacionales de desarrollo, sin conexiones con el entorno. Por otra parte, la existencia de sinergias entre los países constituye un factor muy poderoso para impulsar el crecimiento colectivo (FERRER, 2009, p.2)

É ainda fundamental que este movimento de crescimento da educação superior Latino-Americana e Caribenha gere oportunidades para aqueles que não têm acesso ao ensino superior e contribua para uma maior justiça social, em toda a região.

Nossas análises evidenciam que produzir e difundir conhecimento é a função social da universidade. “De acordo com o novo paradigma a Universidade não é apenas um lugar para transmitir o conhecimento acumulado, mas um centro de produção do conhecimento através da pesquisa institucional, da qual dependem o ensino e a extensão.” (LUCCHESI e MALANGA, 2010)

A aplicação desse conhecimento em benefício da coletividade faz parte da missão da universidade. Quando faz pesquisa, por exemplo, nas relações entre o homem, o meio natural e a economia nas regiões de preservação ambiental, a universidade está servindo à comunidade local e a toda a humanidade, cumprindo assim seu desígnio de universalidade, pois é *universitas*.

Neste momento em que os aspectos econômicos da globalização se encontram em crise, a circulação do conhecimento permanece como o grande elo da globalização do início

do século XXI. E, para a academia, é fundamental que o conhecimento científico seja o que está à frente deste tempo conceituado por Bauman como "pós-modernidade" e que estabelece: esta "é a condição atual da modernidade" (1999, pp. 259-288)

A produção e a difusão do conhecimento são funções sociais essenciais da universidade. Ela se define por estas funções. Por outro lado, aplicar o conhecimento produzido em benefício da sociedade é missão da universidade. Exemplificando, no caso brasileiro, com a pesquisa ambiental. Ao fazê-la, a universidade beneficia não apenas a sua região, o seu país, ou a América do Sul, mas o planeta. E, em razão da facilidade de difusão do conhecimento, este se socializa rapidamente.

POLÍTICAS PÚBLICAS

Embora a educação superior na América Latina em geral apresente grande diversidade, às políticas públicas cabe o desafio de integrá-la. Essa diversidade nos atinge mesmo dentro do âmbito do MERCOSUL, no qual a educação superior apresenta grande "heterogeneidade" (LUCCHESI, 2007). Ainda de acordo com Declaração da Conferência Regional de Educação Superior na América Latina e no Caribe (2008), tanto o sistema público, como o privado de educação superior são convocados a participar da tarefa da integração internacional da universidade latino-americana e caribenha. Mas "o termo privatização tem sido usado para designar experiências muito distintas: desde o aumento da participação relativa das matrículas privadas, sobretudo nos países com uma larga tradição no atendimento público da demanda de ensino superior (Argentina e México)" até a "cobrança de taxas de matrículas e de anuidades em universidades públicas (Chile no início dos anos 80 e mais recentemente na Colômbia)", ou ainda "a formulação das políticas para o ensino superior nesses países". (DURHAM e SAMPAIO, 2000, p.8).

A partir da década de 1970, observa-se no Brasil uma significativa ampliação da participação do setor privado, o que não ocorre nos demais países da América Latina. "Entre 1960 e 1980 houve uma grande expansão do ensino superior na América Latina, mas de forma desigual. O Brasil apesar da expansão da taxa de matrículas continuou com um contingente menor de estudantes. Em 1986, a Argentina, Equador, Costa Rica e Venezuela chegaram a ter mais de 20% de estudantes no curso superior." (LUCCHESI, 2007, p.520) O maior contingente destes estudantes estava em instituições públicas.

O Censo da Educação Superior de 2007 (cujos dados são referentes a 2006), publicado recentemente pelo INEP^{iv}, mostra, em todo o Brasil, a existência de 2.281 instituições de educação superior, 23.488 cursos e 4.880.381 estudantes, dos quais 1.481.955 são ingressantes. (BRASIL, 2009)

Na análise dos dados, é preciso levar em conta as diferenças significativas entre o ensino superior público e o ensino superior privado, não apenas legais e administrativas, mas também qualitativas e quantitativas, o que exige analisar em paralelo a evolução de ambos os subsistemas.v

AS POSSIBILIDADES DE INTEGRAÇÃO: PERSPECTIVAS

O conglomerado educativo superior do MERCOSUL manifesta traços notáveis de **heterogeneidade** quanto a suas dimensões e também quanto a suas qualidades e recursos; não obstante, e por essa mesma razão, o acordo de integração pode gerar sinergias em benefício dos países com menor grau de desenvolvimento relativo. (LUCCHESI, 2007, p.523).

Por outro lado, as diferenças nos critérios de seletividade, representam um problema a ser superado na dimensão do reconhecimento mútuo de estudos, na formação de profissionais e na mobilidade estudantil.

Não obstante, a integração entre os países do MERCOSUL já vem ocorrendo. Alguns projetos do MEC contribuem com os **primeiros passos** para a integração dos países em desenvolvimento. Desta forma, no início de 2009, o Ministério da Educação do Brasil^{vi} divulgou a seguinte informação sobre a presença de estudantes estrangeiros nas universidades brasileiras: foram 1.603 inscritos, dos quais 685 foram selecionados para ingressar em cursos de graduação no decorrer do ano de 2009, parte no primeiro semestre e parte no segundo. São estudantes de 22 países da África e das Américas Central e do Sul. Eles participam do Programa Estudante Convênio de Graduação (PEC-G), que é desenvolvido conjuntamente pelos Ministérios das Relações Exteriores e da Educação, contando com a colaboração e parceria tanto de universidades públicas (federais e estaduais), como de universidades particulares. Isto é uma inovação importante no panorama do ensino superior brasileiro e até da América do Sul, porque “a questão na América do Sul, e, principalmente no Brasil, é a divisão entre as universidades públicas e as privadas.” Por questões históricas e, inclusive, por questões legais, o ensino superior brasileiro se divide em público e privado, sendo rara cooperação entre as duas categorias. (LUCCHESI, 2008).

Por meio desse programa, o aluno estrangeiro cursa gratuitamente a graduação, mas deve custear suas despesas no país e precisa comprovar que é capaz de fazê-lo. Também necessita apresentar certificado de conclusão do ensino médio ou curso equivalente e ter proficiência em Língua Portuguesa, quando oriundos de nações que não pertençam à Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Segundo a Secretaria de Educação Superior do MEC, nos anos de 2008 e 2009, os cursos mais procurados pelos candidatos ao PEC-G foram engenharia, medicina, administração e ciências econômicas. Ainda é pouco significativo, embora necessário, o intercâmbio nas áreas que se dedicam à formação de professores.

Das Américas Central e do Sul, ainda são poucos os alunos, sendo que o Paraguai enviou 29 alunos, seguido pelo Equador (28), a Bolívia (12) e o Peru (11). A participação latino-americana é ainda pequena, se comparada com a africana e de Cabo Verde. Isso

poderia ser justificado pela facilidade do idioma. Já a proposta da UNILA (Universidade Latino-Americana) adota o bi-linguismo (português-espanhol).

Para facilitar o intercâmbio, as nações da Argentina e Brasil estão implantando o ensino do português e do espanhol, respectivamente, no seu ensino básico. O Congresso Nacional argentino aprovou em 17 de dezembro de 2008 a Lei nº 26.468, que determina a oferta do português como língua estrangeira em todas as escolas secundárias do país, e, nas áreas fronteiriças com o Brasil, a partir do nível primário. Em contrapartida, de acordo com a Lei nº 11.161/05, as escolas têm até 2010 para incluir o ensino do espanhol como disciplina optativa nas escolas públicas e particulares brasileiras de nível médio. Já para o ensino fundamental, o ensino do idioma pode ser incluído nos currículos dos quatro últimos anos do ensino fundamental, a partir da 5ª série (6º ano), não sendo, contudo, obrigatório seu oferecimento.

As declarações conjuntas e cartas de intenção se sucedem, ainda que para que se efetivem em médio prazo em uma visão otimista do fenômeno, demonstram uma intencionalidade de convergências das políticas públicas dos países do Mercosul, a saber:

“Os Ministros da Educação do Mercosul e representantes das centrais sindicais do Cone Sul, reunidos em Buenos Aires, assinaram nesta quarta-feira, 9/9/2010, declaração conjunta de diretrizes necessárias para alcançar a meta de universalização do ensino médio em toda a região. Eles estiveram na capital argentina para participar do seminário internacional A Educação no Contexto da Integração Latino-Americana e o Papel do Ensino Médio. As nove ações sugeridas ao fim do evento abrangem, entre outros temas, a criação de políticas públicas de inclusão, ingresso, permanência, aprendizagem e, por consequência, conclusão do ensino médio. Estudantes, professores, gestores e comunidade devem participar como protagonistas da construção democrática de políticas educativas. O documento também reitera a importância de garantir financiamento público integral do sistema educativo para que se chegue efetivamente à universalização.”
(MEC/2010)

O problema de equivalência de estudos que já era feita pelas próprias escolas, tomando por base o número de anos cursados. Entretanto, faltava uma norma, que obrigasse a todos os países membros ou associados ao Mercosul (Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai, Bolívia e Chile), de modo que o aluno não ficasse prejudicado ao mudar dentro do bloco, o que possibilita maior mobilidade para as famílias. A equivalência foi regulamentada com base numa tabela prevista no protocolo de integração educativa e reconhecimento de certificados, títulos e estudos de nível fundamental e médio não-técnico entre os países que compõem o bloco, acordo celebrado em 2002.

Apesar das diferenças, os acordos prosseguem como a proposta de universalização do ensino médio, ainda que tardia, em relação aos países desenvolvidos.

La universalización de la escolaridad secundaria o media es una meta que permite avanzar en la efectiva concreción del derecho a la educación en los países del

MERCOSUR, y constituye una responsabilidad indelegable de los Estados y un desafío para la sociedad. La misma implica cambios significativos en las políticas y en las prácticas educativas, en el marco de una profunda transformación cultural. (BUENOS AIRES, 2010)^{vii}

As equivalências de estudos e de títulos precisam ser estabelecidas não apenas no ensino básico (fundamental e médio), mas também no nível superior, de modo que o estrangeiro que vem estudar no Brasil possa voltar para seu país e exercer a profissão para a qual se preparou. Por isto, já há grupos de trabalho estudando a integração da educação superior no âmbito do Mercosul. Pretende-se criar um espaço acadêmico regional e considera-se que para estimular o processo de integração, faz-se necessário melhorar a qualidade da integração dos recursos humanos.

Deve-se ressaltar que, o tema de maior controvérsia dentro da agenda do MERCOSUL, para a educação superior, tem sido o do mútuo reconhecimento de títulos e graus dentro do espaço comunitário; isso se deve, principalmente, ao fato de que os países signatários possuem estruturas diferentes em seus sistemas educativos, distintos critérios para a admissão e formação universitária, e volumes muito heterogêneos, no que se refere à matrícula universitária, número de profissionais, científicos e técnicos

Espera-se ainda, obter um sistema de mútuo reconhecimento de títulos e carreiras, de modo a permitir maior mobilidade internacional na região e, inclusive, a cooperação interinstitucional, conforme consta da Declaração de Cartagena.^{viii}. Recomenda-se “o fortalecimento do processo de convergência dos sistemas de avaliação e revalidação nacionais e sub-regionais”. O acordo Mercosul/cmc/dec. N° 17/08 estabelecido entre os Estados partes constitui-se um avanço nas negociações de reconhecimento e credenciamento das IES, a saber:

Acordo sobre a criação e a implementação de um sistema de Credenciamento de cursos de graduação para o reconhecimento regional da qualidade acadêmica dos respectivos diplomas no mercosul e estados associados à República Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai, em sua qualidade de estados partes do Mercosul, e a República da Bolívia e a República do Chile são partes no presente acordo..... O credenciamento no sistema arcu-sur será impulsionado pelos estados partes do Mercosul e os estados associados, como critério comum para facilitar o reconhecimento mútuo de títulos ou diplomas de grau universitário. Para o exercício profissional em convênios ou tratados ou acordos bilaterais, multilaterais, regionais ou sub-regionais que venham a ser celebrados a esse respeito.^{ix}

Cabe lembrar que o objetivo dessa integração é a “garantia de qualidade da Educação Superior e da pesquisa”. Ou seja, as declarações conjuntas reconhecem que não se pode

pensar em educação superior de qualidade sem ter como base a pesquisa, garantia da qualidade do ensino e do cumprimento de “sua função social e pública”.

Os acordos e mecanismos de revalidação de diplomas e créditos visam “o fomento da mobilidade intra-regional de estudantes, pesquisadores, professores e pessoal administrativo, inclusive mediante a implementação de fundos específicos” e prevê “o empreendimento de projetos conjuntos de pesquisa e a criação de redes de pesquisa e docência multiuniversitárias e pluridisciplinares”. *El espacio iberoamericano del conocimiento: retos y propuestas*, Ferrer propõe o Fomento del trabajo en redes:

Para llevar a cabo estas tareas, una de las propuestas más relevantes consiste en el fomento del trabajo en red, lo que implica el abandono de esquemas jerárquicos y su sustitución por modelos de cooperación horizontal. No quiere ello decir que las situaciones de los componentes de la red sean estrictamente idénticas, sino que todos sus componentes pueden hacer aportaciones relevantes, beneficiándose al mismo tiempo de las fortalezas de los demás. El concepto de red está presente en un gran número de iniciativas concretas de colaboración interinstitucional e interuniversitaria, de vinculación entre universidades y su entornosocioeconómico o de proyecto conjuntos de formación. (FERRER,2009,p.6)

A proposta é convergente ao paradigma da Universidade do Terceiro Milênio, pois considera a indissociabilidade epistemológica entre pesquisa e ensino, o que certamente trará a nossos acordos e equipes internacionais um grande avanço.

A declaração de Cartagena, 2008 prevê ainda “o estabelecimento de instrumentos de comunicação para favorecer a circulação da informação e da aprendizagem”, elemento fundamental na sociedade em rede, cunhada por Castells (1999).

O ETHOS DA UNIVERSIDADE

Bauman (2005, p.152-155) resgata da antiguidade grega “a noção de Paidéia” para a idéia de “educação para toda a vida.”. Afirma que: “no ambiente líquido-moderno a educação e a aprendizagem ...devem ser contínuas...pois a “formação”(grifo do autor) dos *eus* ou personalidades” demanda uma re-formação permanente e eternamente inconclusa.”

Neste contexto, a idéia da pesquisa como base para o ensino promoverá nos atores da educação: docentes e alunos a possibilidade de permanecerem em formação permanente. A transformação do educador só ocorre através da pesquisa. Acredita-se que por meio da pesquisa constante que o educador se educa e se torna assim capaz de educar. Ao disponibilizar ao aluno novos conhecimentos adquiridos através de suas pesquisas, e ainda, métodos e instrumentos de pesquisa para que estes alunos se auto-eduquem, o educador estará proporcionando os meios necessários à educação para toda vida. O poder do conhecimento, e a atualização constante através da pesquisa, podem abrandar a angústia

existencial, e consoante Bauman (2005, p.155-156) “a agonia da escolha... que sempre atormentaram o *Homo eligens*, o “homem que escolhe”... e citando Wojciechowski observa: “antigamente um diploma universitário oferecia um salvo-conduto para a prática da profissão até a aposentadoria... mas isso agora é coisa do passado. Hoje em dia, o conhecimento precisa ser constantemente renovado, as próprias profissões precisam mudar; do contrário todo o esforço... vai dar em nada”.

Neste contexto, o paradigma da universidade emergente do terceiro milênio prevê que esta não seja apenas um lugar de transmissão do conhecimento acumulado, mas que o próprio ensino esteja estruturado em bases mais relevantes, a saber: a produção de conhecimento a partir da pesquisa institucional. Evidencia-se que “a universidade vive uma ruptura epistemológica, que configura seu novo paradigma: **que a pesquisa é o próprio ensino.**” (LUCCHESI, 2006, p. 53).

A questão que se impõe neste momento é que a expansão do ensino superior não implique em uma perda da excelência, aqui conceituada como “tradição & inovação”. Isto é possível se a universidade e as outras instituições de ensino superior que complementam a oferta de cursos se mantiverem fiéis ao *ethos* da universidade, sua essência, que é a produção e difusão do conhecimento.

Vive-se uma época de crise e de mudança de paradigmas. Dentro da grande crise de transformação do mundo do trabalho, das comunicações e do comércio, há uma reavaliação de alguns aspectos da pós-modernidade, ou “modernidade líquida” como Baumann (2001) denomina esse começo do século XXI. Dentre os princípios questionados está a diminuição do Estado e do seu papel regulador. Ora, ao campo da educação isto interessa muito, particularmente na América do Sul, que sofreu um intenso processo de privatização do ensino superior e que, em alguns países, já está enfrentando o refluxo desse movimento: a reestatização ou reconfiguração das políticas públicas do subsistema de Educação Superior. No Chile, foram os estudantes de ensino médio que mais cedo se manifestaram. No Brasil, as instituições superiores de ensino privado estão sofrendo com o excesso de oferta de vagas, e escassez de demanda, pois não há suficiente número de alunos com recursos financeiros, ou egressos do ensino médio, interessados em preencher essas vagas. Mesmo com os programas de ajuda governamental ou de políticas compensatórias como o PROUNI^x ou de financiamento como o FIEES, o problema é cada vez mais intenso.

Lucchesi e Malanga (2009, p.9) afirmam que “universidade do terceiro milênio é local e global (glocal), inter e transdisciplinar, produtora do conhecimento e formadora de profissionais capazes de criar e não apenas repetir conhecimento” e ao internacionalizar-se a universidade reafirmará seus valores, funções e missão.

Neste contexto de ruptura, a universidade deve contribuir com a produção de conhecimento novo. E se o Estado nacional, produto da modernidade está em crise, este é o momento de emergência da organização internacional. A universidade sempre foi supranacional, desde suas origens na Europa Medieval, cabe-lhe a missão de continuar a ser

a produtora e socializadora do conhecimento, **razão de ser de sua história, definição de sua episteme e justificativa de seu ethos.**

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Uma nova ordem mundial pressupõe uma nova ordem educacional. Para que esta ação transnacional, a integração econômica e política sejam bem sucedidas, elas necessitam da integração da educação, especialmente das universidades, porque a estas cabe produzir o conhecimento e crítica, a inovação tecnológica, contribuindo para a transformação social.

A legislação brasileira, de longa data reconhece a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão de serviços à comunidade como característica da universidade. Mas, a integração latinoamericana está dando um passo adiante ao perceber que a pesquisa está na base do ensino superior de excelência.. Isto gera uma transformação epistemológica.

A universidade pública brasileira produz boa pesquisa e em quantidade significativa, mas, nem sempre, sua produção permeia o ensino. Essa questão é mais aguda na graduação, pois todos estão de acordo em que ao aluno de cursos de pós-graduação cabe pesquisar. Mas, se o aluno de graduação não for impregnado de pesquisa como método, durante toda a sua formação, ele não estará apto a enfrentar a sociedade dos saberes e a encontrar nela seu espaço profissional.

O artigo propõe que a internacionalização da universidade deve considerar que sua *episteme* e pertinência é a produção e intercâmbio do conhecimento científico. E considerando-se que o conhecimento se tornou um bem permanente para o “sujeito” da pós-modernidade, disso resulta que a produção conjunta do conhecimento científico latinoamericano contribuirá para a superação da injustiça social, transformando a sociedade e contribuindo para o avanço histórico que a América Latina pode realizar ao inserir-se como região em desenvolvimento no mundo globalizado.

ⁱ Diferentemente da noção de sociedade da informação guiada apenas pela tecnologia, as “sociedades de conhecimento” são “minddriven” guiadas pelo espírito. Por outro lado, a recusa em se recorrer à noção singular de “sociedade global” e de adotar a noção plural de “sociedades” ratifica o fato de que os modos de apropriação das tecnologias são resultado da diversidade das configurações de atores inscritos nos contextos institucionais, culturais, industriais e políticos. Em síntese, é reconhecida a especificidade dos “regimes epistêmicos”. (Mattelart. Sociedade do conhecimento e Controle da informação e da comunicação. Em: <http://www.gepicc.ufba.br/enlepcc/ArmandMattelartPortugues.pdf>. Acesso:18/03/2008).

ⁱⁱ Kingdon,2003.

ⁱⁱⁱ apoio do Instituto Internacional da UNESCO para a Educação Superior na América Latina e no Caribe (IESALC-UNESCO) e o Ministério de Educação Nacional da Colômbia, com a colaboração dos governos do Brasil, Espanha, México e da República Bolivariana da Venezuela destacam-se as propostas de integração regional e a pertinência da Educação Superior.

^{iv} Disponível: www.inep.org.br

^v *Indicadores de Ciência, Tecnologia e Inovação em São Paulo* (FAPESP, 2006)(no prelo)

^{vi} Dados MEC/INEP,2009

^{vii} Declaración conjunta de los Ministros de Educación del MERCOSUR y de la Coordinadora de Centrales Sindicales del Cono Sur. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, el 8 de junio de 2010. www.mec.gov.br acesso 10/06/2010.

^{viii} DECLARAÇÃO DA CONFERÊNCIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO SUPERIOR NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE, Cartagena de Índias,Colômbia , 2008 <http://www.cres2008.org/pt/index.php>.data base.

^{ix} Disponível em:< http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/dec_017_conae.pdf > acesso em: 10/12/2008.

^x O PROUNI no Brasil, constitui uma “bolsa ”com financiamento público” (diminuição da carga tributaria) para estudantes do setor privado.

Referências Bibliográficas

BAUMAN, Zygmunt: *Modernidade e ambivalência*. RJ. Jorge Zahar Editor. 1999.

_____. *Vida Líquida*. RJ. Jorge Zahar Editor. 2005.

_____. Entrevista. (Maria Lúcia Garcia Pallares-Burke) *Tempo social* .vol.16 no.1 São Paulo June 2004. Disponível em:< http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20702004000100015&script=sci_arttext > acesso em: 20/07/2008.

BRASIL. Ministério da Educação . Mercosul/cmc/dec. N° 17/08. *Portal do MEC*. Disponível em:< http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/dec_017_conae.pdf > acesso em: 20/04/2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Estrangeiros têm vagas em universidades. 21/01/2009 15:52. *Portal do Mec*. Disponível em:< <http://portal.mec.gov.br/> > acesso em 20/02/2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Assessoria de Comunicação Social. Unila avança a caminho da implantação. *Portal do MEC*. 17/12/2008 15:48. Disponível em:< <http://portal.mec.gov.br/>> 20/02/2009..

BRASIL. Ministério da Educação. Educación Superior . *La Educación Superior en el Sector Educativo del Mercosur - SEM* . Disponível em:< <http://www.sic.inep.gov.br/>> acesso em: 22/02/2009.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Decreto n. 6.729, de 12 de janeiro de 2009*, e tabela de equivalências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>>acesso em 20/02/2009

CARNOY, Martin. (2006). Globalization, educational trends and the open society. Education Support Program. OSI Education Conference 2006: “*Education and Open Society: A Critical Look at New Perspectives and Demands*”. Retrieved from Open Society Institute data base .

CASTELLS, Manuel. *A Era da Informação: economia, sociedade e cultura*, vol. 3, São Paulo: Paz e terra, 1999, p. 411-439.

DECLARAÇÃO DA CONFERÊNCIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO SUPERIOR NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE, Cartagena de Índias, Colômbia,2008. <<http://www.cres2008.org/>> acesso em 20/02/2009.

Declaración conjunta de los Ministros de Educación del MERCOSUR y de la Coordinadora de Centrales Sindicales del Cono Sur. *Ciudad Autónoma de Buenos Aires*, el 8 de junio de 2010.<<http://www.mec.gov.br>> acesso em 09/06/2010.

DURHAM, E. R. Educação superior, pública e privada. In: SCHWARTZMAN, S.; BROOCK, C. (orgs.). *Os desafios da educação no Brasil*. São Paulo: Editora Nova Fronteira, 2005, v. , p. 191-233.

FERRER, Alejandro Tiana. El Espacio Iberoamericano del Conocimiento: Retos y Propuestas. *Centro de Altos Estudios Universitarios de la OEI*, Madrid,2009.

KINGDON,J. *Agendas, Alternatives and Public Policies*.3.ed.New York.Harper Collins, 2003.

MORIN, Edgar. *A religação dos saberes: o desafio do século XXI*.. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

LUCCHESI, M. A. S. Higher Education Policies for The XXI Century :The Future of Emerging Countries. *Problems of Education in the 21st Century*^{JCR}, v. 15, p. 90-98, 2009.

_____Education and Social Policy in Brazil: Alternatives to Higher Education. *The International Journal of Interdisciplinary Social Sciences*. by Common Ground Publishing Pty Ltd. Melbourne, Australia, 2008<.Disponível: <http://www.SocialSciences-Journal.com>>acesso em: 20/09/2010.

_____Políticas Públicas para a Educação Superior no contexto Sul-Americano: convergências e transformações na passagem do século. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, v. 23, p. 513-528, 2007.

_____La Universidad Brasileña en un Contexto de Cambios Impuesto por La Globalización(Unesco:Bibliographie sélective,Internationalisation et enseignement supérieur,2006). *Revista de la Educación Superior*, Anuies/México,V. xxxv1, n. 137, p. 99-109, 2006.

_____ *A universidade no limiar do III milênio: desafios e tendências*. São Paulo: Leopoldianum, 2002.

LUCCHESI, M. A. S, MALANGA, Eliana Branco . Perceptions of higher education in Brazil in the first decade of the third millennium. *US-China Education Review*, ISSN 1548-6613, USA June 2010, Volume 7, No.6 (Serial No.67). Disponível em: <http://www.teacher.org.cn/doc/ucedu201006/ucedu20100603.pdf>

_____Post-Disciplinarity: Brazilian Universities' Ethos in the Society of Knowledge. *Journal of the World Universities Forum*, v.2, Common Ground Publishing Pty Ltd Melbourne, Australia, 2009 www.universities-journal.com

_____ A Superação dos Limites Disciplinares na Universidade Brasileira e a Pesquisa Ambiental. In: IV Taller Internacional Universidad, Medio Ambiente, Energía y desarrollo sustentable- 6- *Congreso Internacional de Educacion Superior* (Anais) (Universidad 2008) UNESCO. Havana, Cuba : Universidad de Habana, 2008. v. 1. p. 1539-1549

MACHADO, Maria Clara. Brasil: Alunos poderão estudar em séries correspondentes nos países do bloco. 22-Jan-2009. *Portal do MEC*. Disponível em: < www.mec.gov.br.> 30/01/2009.

MORIN, Edgar. (2001). *A religação dos saberes: o desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

SAMPAIO, Helena. *Trajatória e tendências recentes do setor privado do ensino superior no Brasil*. Jun. 2000. Disponível em: <<http://www.ilea.ufrgs.br/cipedes/jun00/sampaio.rtf>>. Acesso em: 6 abr. 2009

UNESCO. *Comissão da Universidade de Integração Latino-Americana toma posse*. 06/03/2008. Disponível em:< www.mec.gov.br> acesso em 08/03/2008.